

# História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior  
Ana Paula Dutra Bôscarro  
(Organizadores)

# História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior  
Ana Paula Dutra Bôscarro  
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 2 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-01-6

DOI 10.22533/at.ed.016201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.  
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O campo da História é repleto de possibilidades ou, como sugere o título deste livro, um espaço fecundo para diálogos. Neste sentido, são possíveis análises cronológicas, quantitativas, qualitativas, biográficas, transnacionais e interdisciplinares que permeiam outras variáveis como econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, por exemplo. Assim, o chamado para se refletir sobre a História é um chamado para se pensar a atuação do ser humano no planeta, em suas diferentes épocas, seus diferentes contextos e em suas diferentes abordagens.

A História, como ciência, é dotada de métodos que são empregados por seus pesquisadores e pesquisadoras para, a partir de questões que são colocadas, verificar suas teses em fontes pertinentes ao tema analisado. O que o leitor encontrará neste volume são textos que foram selecionados para composição do livro a partir de um eixo que prioriza a reflexão a respeito da Educação, da Religião e do Patrimônio. Os 30 capítulos são frutos de estudos que foram desenvolvidos por profissionais de diversas instituições do país.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas acerca da Educação. De modo que, internamente, esses textos permeiam debates em torno de questões étnicas na Educação, aspectos do ensino básico e do ensino universitário.

Na segunda parte da obra estão reunidas análises históricas situadas no campo das religiões. Assim sendo, os respectivos capítulos concentram análises que retomam aspectos religioso desde a Idade Média até os dias atuais, além de refletir sobre questões de gênero no campo religioso e trajetórias pessoais.

Por fim, a terceira parte do livro é composta por análises históricas no campo do Patrimônio. De tal forma abrangente que parte da antiguidade egípcia até a música contemporânea. Seus textos discutem outros temas como folclore, teatro e quilombos.

Em síntese, a obra *História: espaço fecundo para diálogos* é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades das pesquisas históricas, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a divulgação científica do trabalho do Historiador/Historiadora, que constrói pontes para uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior  
Ana Paula Dutra Bôscaro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
NEGRITUDE E MEMÓRIAS APAGADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE UMA CIDADE MINEIRA (1976-2016)	
Maria Rita de Jesus Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA DE VISIBILIZAR A LEI 10.639/2003 E DECOLONIZAR O CURRÍCULO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIGUEL ARCANJO, EM SÃO SEBASTIÃO – DISTRITO FEDERAL	
Técia Goulart de Souza Elison Antonio Paim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
ÓRFÃOS DO ELDORADO DE MILTON HATOUM: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA A HISTÓRIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Arcângelo da Silva Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: HÁ LUGAR PARA TEMPORALIDADES OUTRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?	
Edith Adriana Oliveira do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
PAULO BOURROUL E O ENSINO DAS CIÊNCIAS NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Matheus Luiz de Souza Céfalo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI FEDERAL Nº 10.639/03: INDIFERENÇA A SER SUPERADA	
Carla Santos Pinheiro Lauro de Freitas/Bahia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”	
Ana Carolina Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011027</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Antônia Lucivânia da Silva Paula Cristiane de Lyra Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS	
Carollina Carvalho Ramos de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0162011029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>118</b>
IMAGENS EM SALA DE AULA: O USO DE PINTURAS HISTÓRICAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Priscila Santos Calegari	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>131</b>
CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>141</b>
ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
Nádia Narcisa de Brito Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>154</b>
ARIANO SUASSUNA: A ESCRITA E A PRÁTICA DE UM PENSAMENTO EDUCACIONAL NO “BRASIL REAL”	
Aurea Maria Bezerra Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>165</b>
O (AUTO) BIOGRÁFICO NO PROCESSO FORMATIVO: DOCÊNCIA ORIENTADA NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Fabiana Regina da Silva Cristiane Medianeira da Silva Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DAS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	
Alexandre de Britto Redondo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110215</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>194</b>
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: COTAS PARA ESTUDANTES NEGROS	
Josefa Neves Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>208</b>
SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR	
Jonathas Wilson Michelin	
Angelita Marques Visalli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>221</b>
A IGREJA E A FONTE DE NOSSA SENHORA D'AJUDA DE PORTO SEGURO (1551- 1761)	
Lucas de Almeida Semeão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>233</b>
AS HAGIOGRAFIAS SEISCENTISTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA: PROJETOS POLÍTICOS E IDENTIDADES RELIGIOSAS EM CONCORRÊNCIA	
Camila Corrêa e Silva de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>246</b>
O SOCIAL NA ARTE SACRA DE E. P. SIGAUD: O CASO DAS PINTURAS MURAIIS MODERNISTAS NA CATEDRAL DE JACAREZINHO	
Luciana de Fátima Marinho Evangelista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>258</b>
A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA NA DIOCESE DE MANAUS	
Elisângela Maciel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>271</b>
O DESAFIO DE PESQUISAR O ACERVO DAS ORDENS RELIGIOSAS FEMININAS EM PORTUGAL	
Tatiane de Jesus Chates	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>284</b>
O DISCURSO PROTESTANTE PENTECOSTAL DA BÍBLIA DA MULHER ACERCA DA CONDIÇÃO FEMININA VERSUS O DISCURSO ORAL DAS FIEIS	
José Glauber Lemos Diniz	
Daniele Barbosa Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110223</b>	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>298</b>
ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE OS ANOS DE 1965-1985	
Naiara Ferraz Bandeira Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>308</b>
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DOS DISCURSOS SOBRE A MA'AT N'AS LAMENTAÇÕES DE KHA-KHEPER-RÉ-SENEB	
Victor Braga Gurgel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>321</b>
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE FOLCLORE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO O CASO DE SILVIO ROMERO	
Manoel Carlos Fonseca de Alencar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>330</b>
NICOLAU ALEKHINE NO ARQUIVO IPHAN-SP: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	
Rafael de Araújo Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>340</b>
COMPANHIA TEATRO MODERNO DE LISBOA (TML): ENGAJAMENTO, RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960	
Kátia Rodrigues Paranhos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110228</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>351</b>
ACAMPAMENTO E CULTURA POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ (1997-2015)	
Elson dos Santos Gomes Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>363</b>
O RAP INTERCULTURAL CONSTRUINDO UMA REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA DA CIDADE DE MANAUS (1989 A 1999)	
Richardson Adriano de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01620110230</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>376</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>377</b>

## ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE OS ANOS DE 1965-1985

Data de aceite: 27/01/2020

Data de submissão: 11/11/2019

### Naiara Ferraz Bandeira Alves

UEPB, CH, Departamento de História,  
Doutoranda no PPGCR-UFPB  
João Pessoa – Paraíba

CV: <http://lattes.cnpq.br/6797364188140141>

**RESUMO** : Dom José Maria Pires atuou como líder da Igreja Católica no estado da Paraíba entre os anos de 1965 e 1980, neste texto destacamos algumas das ações e prática religiosa do Arcebispo através de pesquisa documental realizada no acervo da Cúria Metropolitana, jornais da época, além da consulta à trabalhos acadêmicos, entre os quais se destaca o texto de PEREIRA (2012). Entre as características de sua atuação política podemos destacar a correlação entre as ações afirmativas, em prol dos mais necessitados e as diretrizes apresentadas pelo Concílio Ecumênico do Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII. Símbolo de resistência, em sua própria forma de ser (por representar a população negra dentro da Igreja) e de agir ao auxiliar camponeses mediando discussões em torno das disputas agrárias na Paraíba dos anos 70 do século XX. Para além, de símbolo de poder, configurou-se ambigualmente como

resistência e signo da obediência ao *Christus Dominus* (Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Escritório Pastoral dos Bispos), compunha uma ala da Igreja representada pelo ideal de uma “igreja viva para o povo”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja Católica; Dom José Maria Pires; SNI; Representações.

### ARCHBISHOP OF PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGION AND POLITICS IN THE PERIOD BETWEEN 1965 AND 1985

**ABSTRACT** : Dom José Maria Pires acted as leader of the Catholic Church in the state of Paraíba between 1965 and 1980. In this text, we highlight a few actions and religious practices performed by the referred Archbishop through documentary research carried out as from the collection of Curia Metropolitan, newspapers of the time, and investigations of academic researches, among which the text by PEREIRA (2012) stands out. Among the characteristics of his political actions, we can point out the correlation between positive actions in favor of the most unprivileged, and the guidelines presented by the Second Vatican Ecumenical Council, convened by Pope John XXIII. Besides being a symbol of resistance considering his own way of being (as a representative of the black population inside the Church), and of acting on assisting peasants by the mediation

of debates over the agrarian disputes in Paraíba in the 1970s, he was also accounted as a symbol of power, and ambiguously referred to as being associated with resistance and a sign of obedience to Christus Dominus (Decree of the Second Vatican Council on the Pastoral Office of Bishops), constituting thus a section of the Church represented by the ideal of a “living church for the people”.

**KEYWORDS:** Catholic Church; Dom José Maria Pires; SNI; Representations.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao analisarmos as ações e a prática religiosa do Arcebispo Dom José Maria Pires, que esteve à frente da Igreja Católica no estado da Paraíba entre os anos de 1965 a 1995, atuando, dessa forma, a maior parte do tempo sob a vigilância do Regime Militar no Brasil, sendo observado e espionado pelo SNI – Serviço Nacional de Informações, em especial, devido as suas inclinações para uma Igreja Viva e mais próxima do Povo. O que deixava os líderes Militares de sobreaviso, isto porque já investigavam integrantes da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação. Apesar dos estudos em relação às ações dos líderes católicos não ser uma temática recente, os estudos sobre Dom José Maria Pires remontam, apenas, à segunda década do século XXI. Entre os trabalhos acadêmicos pioneiros, podemos destacar o texto de PEREIRA (2012) com uma excelente biografia sobre o Arcebispo. A análise aqui apresentada procura correlacionar ações políticas às práticas religiosas desse Arcebispo.

Delineando as características da cultura política (procurando compreender as motivações subjetivas da ação política, códigos de comportamento e os valores compartilhados) desenvolvida pelo arcebispo Dom José Maria Pires, em um processo de luta pela melhoria na qualidade de vida das populações menos favorecidas da sociedade paraibana. O conceito de cultura política foi configurado inicialmente por Gabriel Almond e Sidney Verba (KUSCHINIR, 2007, p. 19 *apud* GUEDES, 2012), proposta original era formatar um conceito cujo manejo permitisse a combinação das perspectivas sociológica, antropológica e da Psicologia social no estudo dos fenômenos políticos.” (GUEDES, 2012, p. 36). Segundo CADIOU (2007) mostra-se como ferramenta e objeto de análise, em torno do qual se passou a reunir pesquisas que buscaram identificar a evolução da ação política propriamente dita, através do conjunto dos atores como manifestações de poder.

Devido às suas práticas de auxílio aos mais necessitados, Dom José Maria Pires passa a ser observado/ investigado (com cuidado) pelo SNI (Serviço Nacional de Informações foi criado através da aprovação da Lei 4341 em 13 de junho 1964 estaria responsável por “subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contrainformações e promover a difusão adequada

das informações.” Lei Nº 4341 de 13 de junho de 1964). Tal investigação deu origem a documentos emitidos pela Agência de Recife e encaminhados para a Agência Central. Seu poder de convencimento sobre a população carente era algo que despertava no Governo Militar certo respaldo, mas acima de tudo sua postura alinhada à Igreja Progressista, o classificava como subversivo pelos relatórios do SNI.

Muito do que foi descrito pelo SNI sobre Dom José Maria Pires, se correlacionava a uma possível ameaça “comunista” seguindo a proposta do Golpe de 1964 em se garantir a Segurança Nacional do Brasil. O estado de exceção precisava do sistema de informações para alimentar o discurso do medo e justificar a ação das forças armadas, que, por sua vez, “precisavam” garantir os “princípios constitucionais”. “Tal Serviço era composto por uma agência central, com sede no Distrito Federal, e por agências regionais com sede nas capitais dos Estados ou em cidades consideradas importantes para a segurança nacional”. (ANTUNES, 2001: 52). De acordo com Citadino (2016, p.49), para se tentar entender o processo repressivo que se instaurou, faz-se necessário discutir

[...] o arcabouço teórico que embasou a estrutura do novo modelo de Estado. Tal estado, por alguns autores denominado Estado de Segurança Nacional, tem na Ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento (ISND), elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), a sua fonte de legitimação. A ISDN tem como pressupostos básicos os conceitos de Segurança Interna de Desenvolvimento Econômico. O fundamento da Segurança Interna repousava na necessidade que o país tinha, diante da suposta ameaça comunista que o rondava, de reforçar suas estruturas internas de controle e repressão social. Assim, os inimigos do Brasil eram de duas ordens: o inimigo externo, ou seja, o comunismo e sua capacidade de infiltrar-se no país e o “inimigo interno”, qualquer indivíduo que pudesse eventualmente estar envolvido com os interesses comunistas.(CITTADINO, 2006, p.49)

Dom José Maria Pires representava o expoente do inimigo interno, contudo exercia um cargo de poder que impedia ações diretas contra a sua pessoa, não acontecendo o mesmo com quem estava ao seu lado. O “Relatório final da Comissão da Comissão Estadual da Verdade e da preservação da memória do Estado da Paraíba” (2007) relata a prisão de três integrantes de sua equipe para “Promoção Humana”, entre eles Frei Hermano José (Franciscano), a Freira Marlene Burgers (Franciscana) e Júlio César Ramalho (advogado). Apesar de agir “contra a Segurança Nacional”, a prisão de Dom José Maria Pires não foi executada.

Símbolo de resistência, em sua própria forma de ser (por representar a população negra dentro da Igreja) em virtude de agir auxiliando camponeses e mediando discussões em torno das disputas agrárias na Paraíba dos anos 70 do século XX, o Arcebispo Dom José Maria Pires, para além de um símbolo de subversão, pode ser analisado como signo da obediência ao *Christus Dominus* (Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Escritório Pastoral dos Bispos), visto que compunha uma ala da

Igreja representada pelo ideal de uma “igreja viva para o povo”.

Dom José Maria Pires atuou politicamente como um homem de ação pedagógica e de coalização parlamentar. A partir de seu lugar de fala, a Igreja Católica procurou dialogar e educar os partidos políticos para a promoção social da população carente da Paraíba, além de agir fisicamente em momentos de conflitos e protestos de camponeses. Tratava-se de uma representação física de poder, que nitidamente mexia com o imaginário dos populares e líderes políticos e da elite paraibana. Estavam diante do Arcebispo e precisavam respeitá-lo e paravam para ouvi-lo, mesmo que desconfiassem de suas palavras. Suas atividades vinculadas à Igreja estavam correlacionadas a sua atuação com ações afirmativas em prol dos mais necessitados, Tais ações eram inspiradas nas diretrizes apresentadas pelo Concílio Ecumênico do Vaticano II, do qual participou, em virtude de ter sido convocado pelo Papa João XXIII. Dom José Maria Pires cumpria, assim, as ordens estabelecidas pela Igreja.

Com as visitas pastorais às dioceses, Dom José Maria Pires, além de cumprir com as funções do cargo religioso, observava ao longo dos trajetos e das visitas, ao entrar nos pequenos municípios das diferentes regiões da Paraíba, as condições em que viviam os populares que vinham prestigiá-lo. Por exemplo, na região do Brejo paraibano entre as décadas de 70 e 80 do século XX, foram realizadas dezoito visitas, que foram detalhadas no Livro de Visitações Pastorais. Este documento oficial foi escrito em primeira pessoa a partir das impressões do bispo a respeito de cada cidade visitada. Dom José, além de se preocupar com questões relacionadas à Igreja, destacava, ainda, os assuntos ligados ao cotidiano da sociedade, pontuando essas preocupações no Livro. Em seus escritos também apresentava os pontos positivos das cidades visitadas e de seus párocos. As visitas pastorais atravessaram os séculos com objetivos diversos, contudo, seja no século XX ou no século XVI com o Tribunal do Santo Ofício no Brasil, as Visitas eram expressões de poder.

Ao analisar o Termo de Visita da cidade de Araruna no dia 2 de outubro de 1966, encontrado no Livro de Visitações Pastorais, podemos observar que, nesta cidade, o ritual de recepção do Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires foi realizado de maneira bastante cuidadosa pelo Pároco da cidade e pela população.

Às 2 de outubro de 1966 pelas, 7 horas cheguei à cidade de Araruna para minha primeira visita pastoral à paróquia de Nossa Senhora da Conceição. No percurso houve parada em Tacima onde os fieis se reuniram em grande números na rua passagem. As ruas apresentavam-se em festa. Enfeites pelas e nas casas, bandas de musica, fogos, estudantes marchando, ciclistas, dezenas e dezenas de arpinhas, milhares e milhares de fieis, tudo fôram devidamente preparado e mobilizado pelo Pároco, Cônego Joaquim de Soares Limões. (LIVRO DE VISITAÇÕES PASTORAIS, ARARUNA, 1966)

O poder do Arcebispo Dom José Maria Pires estava instituído não só pelo

seu cargo, mas também por suas ações e pela forma como se preocupava com a população. Observamos que as discussões centrais abordadas pelo Arcebispo se destinavam à doutrina católica e às informações correlacionadas ao Concílio do Vaticano II. Na Visita ao Município de Pilões, destacou: “Teoria trabalhada: coordenar os bons elementos existentes para uma renovação no Espírito do Concilio Vaticano II.”; “A disparidade dos padres”; “O amor de Cristo para com os pecadores”. Na visita ao Município de Serraria, o arcebispo destaca: “Levei a impressão de que Serraria tem condições para ser Paróquia modelo.” “Teoria trabalhada: que os fiéis evoluam de uma religião mais tradicional para atitudes mais conscientes” “O dever dos apostolados”; “A vocação do Cristão”; “A mão de Cristo nos pobres aos pecadores”; “Os dons que recebemos na Crisma”; “A missão do Bispo e os objetivos da visita”.

O que há de “subversivo” no discurso do Arcebispo está diretamente correlacionado ao documento do Concílio do Vaticano II. Esta nova forma de pensar a Igreja e as suas ações fez com que as descrições do Arcebispo elaboradas pelos agentes do SNI o considerassem um revolucionário esquerdista. Apoiado por parte do clero local, em especial os que integravam a Ordem Franciscana, Dom José inicia suas ações políticas de promoção humana da vida dos menos favorecidos, em consonância com a CNBB:

O processo de mudança de paradigmas na Igreja ganha força a partir dos anos de 1960, sob a influência do Concílio Vaticano II. Nas décadas de 1950 a 1960, a Igreja no Brasil prioriza a questão do desenvolvimento. Ao contrário da posição adotada diante do regime do estado Novo, de Getúlio Vargas, em que a Igreja assumiu uma posição conciliatória diante do regime de exceção, a CNBB desempenha um papel chave na articulação da sociedade civil, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização. Durante o Vaticano II, em 1964, a Assembleia Geral da CNBB, realizada em Roma, decide assumir o Planejamento Pastoral como seu instrumento metodológico de renovação (denominado, na época, *aggiornamento*). (AZEVEDO, 2004, p.52).

Sua ação se dava através de organizações não governamentais que eram instaladas no estado com apoio da Igreja Católica que atuava, simultaneamente, como um ator da sociedade civil e da sociedade política, no processo de pressão e de negociação entre os agentes do governo e a população local. Desta forma, a Igreja atua, em especial, na promoção dos direitos humanos. Na Paraíba, o arcebispo Dom José Maria Pires, ao lado de Dom Marcelo Pinto Carvalheira (Bispo da arquidiocese de Guarabira), auxilia na implementação do CODH - Centro de Orientação dos Direitos Humanos - Guarabira-PB, que, em seu início, era composto por um médico, uma nutricionista, um estudante de direito e uma secretária e tinha como público alvo os trabalhadores rurais e urbanos que buscavam informações sobre seus direitos. A pessoa pública do Arcebispo aparecia em matérias e notas de jornais da época

como mediador, conciliador, sempre com a noção de ações contra atos de violência. Em 1968, devido às manifestações em decorrência da morte do estudante Edson Luiz, estudantes em João Pessoa e em Campina Grande se reuniram em passeata após a missa. Para Citadino, tais conflitos entre estudantes e policiais requereram, no dia seguinte, “a presença do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires como conciliador entre as partes”. (CITTADINO, 2006, p.327).

Como transitou pela Paraíba em visitas pastorais e na promoção de diferenciadas ações, quer estas fossem diretamente relacionadas às questões da Igreja, quer fossem ações e atos políticos de conscientização, Dom José Maria Pires foi acompanhado e investigado pelo Governo. Com os arquivos do SNI abertos pela Comissão da Verdade, podemos verificar o quão perto eles estavam do Arcebispo, por estarem presentes em locais onde Dom José proferiu palestras, ou, até mesmo, acompanhando suas falas e declarações nos meios de comunicação de rádio e em jornais impressos.

No documento de 30/12/1969 da Agência Central (BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_70018877\_D0001de0002.pdf), o assunto é denominado de Movimento Subversivo: que afirma ter o arcebispo Dom José Maria Pires ter feito circular uma carta, onde comentava uma visita que fez ao Frei Beto, preso pelo DOPS do Rio Grande do Sul, à época preso em São Paulo. Nesta carta, o Arcebispo comenta que Frei Beto se encontrava tranquilo e afirma que, tanto o frei, quanto outros dominicanos que se ligaram ao grupo Marighela, “estariam praticando a evangelização”. Neste ponto do documento percebemos que a utilização do recurso linguístico das aspas, além de denotar a autoria do discurso enunciado, está gerando ao leitor a ideia de surpresa de quem escreveu o texto, principalmente pelo fato de que, em seguida, questiona outra afirmação Dom José Maria Pires, tratando desta vez, do arcebispo Dom Helder Câmara, se reporta a uma carta, na qual o autor do documento do SNI afirma ter um trecho do evangelho, que compara D. Helder com Cristo, “Não é a mim que busquei por que prendem os outros?”. Mais uma vez as aspas são utilizadas para demarcar a autoria do enunciado e a surpresa do autor. As informações se complementam e deixam uma questão: é religião? Ou conspiração? Fica subentendido, se existiria a possibilidade do autor questionar, além da atividade subversiva, uma discussão relacionada aos dogmas e à possibilidade de prática herética, o que desclassificariam os investigados por subversão e o poder imanente dos Arcebispos, advindo da fé católica seria destituído.

Classificado como subversivo, Dom José Maria Pires, no documento (BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_76090025\_D001de0001.PDF) de 26 de dezembro de 1975, já é colocado como assunto da nomenclatura do documento. Neste texto, o informante alega que, a partir de investigações sumárias, a esquerda clerical vem desenvolvendo uma verdadeira ofensiva contra o regime e os Governos (Federal e

Estadual). Há neste trecho um aviso, uma acusação e o alerta sobre a atuação do clero Paraibano, sendo a personificação destas ações representadas pelo Arcebispo Dom José Maria Pires (considerado um importante elemento engajado). Além da ideia de uma esquerda clerical (o que representa uma ameaça à população), utilizam no mesmo documento a expressão “pregação subversiva”. O discurso do Arcebispo está sendo desqualificado, não está pregando o Evangelho, mas inflamando populares contra o estado. Outros verbos utilizados para caracterizar a fala de Dom José são: incitar e atacar. O que denota um ato violento, aguerrido. Dessa forma, o documento tenta desqualificar as ações evangelizadoras de Dom José, alegando, ainda, que este religiosos enaltece a situação de vida em países sob o regime comunista.

O fato é que, em trechos do documento, há referência a uma visita do arcebispo ao Município de Araçagi, onde estariam presentes cerca de 100 pessoas, Dom José proferiu palestra abordando, em especial, a questão da fome. Para o autor do documento, uma atitude meramente política (não identifica ou não quer identificar, nas falas do Arcebispo, a caridade cristã), já que ele afirma ter Dom José Maria Pires, mais uma vez, incitado os jovens para se unirem e gritarem no meio dos mais velhos, visando a acabar com a miséria. Além de gritar, outro verbo utilizado é lutar. O texto, portanto, é construído de forma que as ações, os discursos enquadrem o Arcebispo nos crimes de Segurança Nacional, visto que, segundo o documento, ele conclama os jovens à luta ao lado do comunismo.

O informante descreve cenas que ele identifica como ações premeditadas. Um jovem cai do banco e Dom José alerta: “é a fome meu povo, os filhos de nossa terra estão morrendo”; em seguida, “Meu povo o comunismo estoura breve”. O informante suspeita, ainda, de perguntas realizadas por jovens, que, segundo ele, pareciam partir de pessoas doutrinadas, ou seja, a descrição é elaborada de acordo com os medos e as intenções do SNI, de forma que fomente e mantenha o Estado de exceção. Há uma guerra, há uma batalha e é para isso que estão ali. Neste documento, segundo o autor, as conclusões sobre as informações repassadas pelo 1º Grupamento, permitem constatar que Dom José Maria Pires vinha desenvolvendo uma campanha sistemática de contestação do Governo. Isso porque, além de Araçagi, ele esteve em Jacaraú, Lagoa de Dentro, Duas Estradas e Caiçara (nestes locais não constatarem o real teor de suas palestras).

Em Missa no dia 09 de novembro de 1975, na Catedral Metropolitana, disse Dom José : “Nós precisamos rezar e nos unirmos contra esse estado de coisa que há por aí, essas prisões e torturas; os homens de Segurança Nacional deveriam impor respeito e dar segurança ao povo e não temos através torturas”.

(Folha3:BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_76090025\_D001de0001.PDF ).

Além, dos informantes correlacionarem as questões sobre a fome, melhor qualidade de vida e a possibilidade de luta pela terra, como algo conspiratório e não

vinculado às ações do Vaticano, ressaltamos que muitas das viagens do arcebispo estavam destinadas às visitas pastorais como nos referimos acima, e estas tinham como motivações além de missas e sacramentos, momentos de encontro com os clérigos e lideranças locais. Mas, os assuntos abordados em sua maioria estavam vinculados às questões da Igreja, que, por sua vez, eram questões dirigidas ao bem-estar dos fiéis.

Em ações políticas diretas com a perspectiva de auxiliar os fiéis, em especial, os homens pobres do campo, Dom José Maria Pires encaminha, para o Governador do estado da Paraíba, ofício e projeto solicitando verba para a implementação de um projeto de pesquisa sobre a situação social dos trabalhadores do campo, a ser realizada pelo IBRADES da CNBB. O documento foi interceptado e comentado pelo relator que destaca o respaldo da instituição, mas aponta os riscos e afirma que a intenção do Arcebispo é a “incrementação da sistemática campanha de agitação que vem desenvolvendo em sua área” (BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_78114357\_D001de0001.pdf), já que tal pesquisa forneceria dados para que Dom José fundamentasse novas críticas à política adotada pelo Governo Federal, em relação ao homem do campo. A crítica direta ao arcebispo em torno de sua luta pelos menos favorecidos no campo se baseia na hipótese de que o religioso seja contrário ao direito “soberano” da propriedade privada e é exatamente a garantia deste direito, entre outros, o que sustenta a ideia da necessidade da Segurança Nacional agir contra a subversão, os clérigos esquerdistas e os adeptos ao credo vermelho.

Em outro, momento, o dossiê (Cf: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_78113920d000.pdf) sobre as atividades de Dom José Maria Pires, ressaltam a sua eloquência, ao realizar seus discursos nas missas (desconsideram o termo homilia), ressaltando que ele fazia uma violenta pregação contra a propriedade privada. Afirmam, ainda, que o Arcebispo tentou induzir as famílias que participavam de ato religioso (na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, no dia 23 de setembro de 1978) a uma crescente insatisfação; fez citações bíblicas, referindo-se ao Novo testamento, na parte em que se lê ser “mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”. Posteriormente, passou a citar a constituição cubana. Segundo os jornais da época e o relator, as palavras de Dom José Maria Pires não surtiram o efeito desejado, mas geraram mal-estar entre a assistência, tendo diversos fiéis se retirado da igreja. O perfil construído em torno do Arcebispo era o pior possível, visto que este religioso, segundo estes documentos, cometia abertamente crimes contra a Segurança Nacional.

Já na informação de 07 de agosto de 1979, cujo assunto era, também, Dom José Maria Pires, faz-se o relato de sua participação como paraninfo das turmas da UFPB do referido. Segundo o relator, um discurso semelhante aos demais, com a diferença de focar no ensino das universidades e na proposta de que estes

diplomados se aproximassem das populações, em especial, os, então, médicos. “apelou para, os que fazem faculdade, se conscientizarem da situação em que vive o país e fazem a mudança da estrutura sem derramamento de sangue”, foi aplaudido várias vezes durante o discurso e ao final aplaudido de pé.

A atuação de Dom José Maria Pires, enquanto arcebispo da Paraíba, correspondia a um bispo que seguiu os encaminhamentos do Vaticano, em especial, no que se refere ao Concílio do Vaticano II, mas que, para realizar a promoção social e humana que desejava realizar em sua arquidiocese, se mostrou como agente político, ou seja, muito além do líder espiritual, coerente com seus estudos e propostas para a libertação social do povo. Os assuntos que abordava poderiam ser divididos em cinco pontos essenciais, conforme identificamos no Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, a série documental intitulada: Documentação dos Bispos, Sub-série: Pronunciamentos (Artigos/ Mensagens), com 487 textos produzidos pelo arcebispo, que versam sobre uma grande variedade de assuntos, podendo ser subdivididos em cinco grandes conjuntos: 1. Questões referentes à doutrina cristã; 2. Questões sociais; 3. Opiniões sobre a conjuntura política nacional e internacional; 4. A relação entre a Igreja e a Educação; 6. Outros (neste se faz presente suas discussões sobre o respeito às outras profissões de fé e como os cristãos deveriam respeitar as outras religiões, incluindo as religiões de matriz africana).

Para Dom José o povo não deveria mais depender da mendicância, que fora tão disseminada pela Igreja medieval, mas sim encontrar meios e formas de sobreviver a partir de seu trabalho, ponto que chamou a atenção de integrantes da ordem Franciscana que aceitaram seu convite de vir evangelizar na Paraíba.

Se formos definir a cultura política deste líder, certamente, esta estará vinculada a ações pedagógicas, em virtude de Dom José Maria Pires atuar como um sábio para ensinar, aos que queriam lhe ouvir, os caminhos para uma vida mais justa. Esta deveria ser alcançada com palavras, oralmente, nas missas, durante as homilias, que retratavam a vida de Cristo e que servia de exemplo, não só em reuniões com integrantes do Clero, mas também em programas radiofônicos e em jornais que circulavam à época.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. C. B. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001: 203.

AZEVÉDO, Dermi. “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil”. In: **Revista Estudos Avançados - Estud. av.** v.18 n.52 São Paulo set./dez. 2004 (pp.109-120)

CADIOU, François. (*Et al*). **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: O Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: EDUSC, 2006.

\_\_\_\_\_. “Movimentos populares, esquerdas e ditadura militar na Paraíba (1960-1968)”. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da. (orgs.) **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB – PPG/UFPB**. João Pessoa, 2014. 149f.

GUEDES, Paulo Henrique Marques Queiroz. “A nova história do poder político e a cultura política” In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique Marques Queiroz & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. (orgs.) **Cultura e poder Político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. João Pessoa, 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

Documentos:

- *CHRISTUS DOMINUS* In: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651028\\_christus-dominus\\_po.html#](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html#). Acessado em 26/06/2018

- NUNES, Paulo Giovanni Antonio, [et al]. **Relatório final/ Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da preservação da memória do Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2017.

- Visita Pastoral de Araruna. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

- Visita Pastoral de Pilões. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

- Visita Pastoral de Serraria. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

Cf: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_70018877\_D0001de0002.pdf in: <http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_76090025\_D001de0001.PDF in: <http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_78114357\_D001de0001.pdf in:

<http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ariano suassuna 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164  
Armando de salles oliveira 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 192  
Arte sacra 246, 253, 255  
Assentamento 337, 351, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362

### B

Bíblia 211, 215, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297  
Biografia 166, 178, 200, 219, 233, 235, 241, 243, 244, 299, 330, 331, 332

### C

Consciência histórica 19, 47, 50, 51, 106, 108, 109, 110, 115, 117, 134, 135, 138, 166, 172, 173  
Contestado 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140  
Cotas 181, 182, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 205, 206  
Cultura 7, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 26, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 55, 56, 61, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 95, 103, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 130, 143, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 181, 184, 185, 187, 190, 192, 194, 196, 202, 203, 204, 216, 220, 236, 245, 261, 270, 277, 280, 281, 289, 290, 297, 299, 306, 307, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 329, 343, 344, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 366, 368, 369, 371, 374, 375, 376  
Cultura política 270, 299, 306, 307, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 376  
Currículo 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 37, 43, 47, 49, 53, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 77, 79, 80, 96, 104, 107, 111, 120, 121, 122, 194

### D

Diocese 102, 246, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 264, 266, 269, 270  
Discurso 4, 5, 15, 24, 31, 49, 78, 102, 124, 128, 129, 153, 155, 180, 183, 186, 187, 233, 238, 239, 241, 243, 255, 256, 274, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 314, 315, 317, 375

### E

Educação infantil 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 107, 206  
Educação patrimonial 80, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 332  
Egito 156, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319  
Ensino das ciências 53, 54, 58, 62, 67  
Ensino de história 1, 2, 12, 15, 19, 24, 37, 39, 44, 49, 51, 68, 91, 92, 99, 103, 106, 108, 117, 118, 119, 124, 129, 130, 153, 171, 172, 177, 179  
Ensino fundamental 14, 15, 16, 21, 44, 70, 75, 93, 102, 104, 107, 118, 120, 123, 128, 129, 130, 132, 138, 139  
Ensino médio 75, 123, 131, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 152  
Escravidão 5, 7, 9, 31, 43, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 201, 346, 376  
Etnografia 47, 216, 332

## F

Folclore 14, 164, 321, 322, 328

Formação de professores 54, 55, 68, 76, 79, 106, 107, 108, 109, 178, 179

## H

Hagiografia 214, 233, 236

História da educação 54, 68, 130, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 192, 194

História indígena 35, 37, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 51

## I

Igreja 87, 92, 100, 148, 199, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 282, 289, 290, 291, 292, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 322, 343, 347

Interdisciplinaridade 19, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 178

Iphan 90, 105, 330, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 339

## J

José de anchieta 225, 229, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 244

## L

Lei federal 14, 69, 70, 72, 78

Leitura 1, 2, 3, 24, 29, 62, 113, 114, 115, 118, 119, 125, 127, 128, 156, 160, 174, 231, 268, 272, 277, 282, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 306, 340, 345, 360

Livros didáticos 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 63, 66, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 138, 140, 141, 142, 146

## M

Manaus 26, 35, 36, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

Mártir 43, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219, 263

Memória 1, 2, 10, 13, 14, 24, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 52, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 112, 124, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 151, 152, 155, 167, 172, 179, 219, 228, 231, 235, 237, 276, 300, 307, 308, 310, 318, 319, 331, 362, 371, 376

Murais 18, 246, 247, 248, 253, 256, 257

## N

Negritude 1

## O

Ordens religiosas 236, 237, 240, 243, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283

## P

Paraíba 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 156, 160, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308  
Patrimônio cultural 80, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 104, 256, 330, 332, 338  
Patrimônio histórico 80, 83, 87, 89, 90, 330, 335  
Paulo bourroul 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67  
Pensamento educacional 154  
Pensamento social brasileiro 321, 326, 328  
Pinturas históricas 118, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129  
Política 14, 17, 21, 23, 36, 42, 48, 49, 56, 59, 68, 80, 105, 119, 121, 122, 129, 135, 155, 156, 160, 161, 171, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 205, 206, 207, 233, 240, 241, 242, 243, 247, 261, 270, 285, 288, 289, 291, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 312, 313, 314, 320, 325, 335, 340, 342, 343, 344, 349, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 373, 374, 376  
Políticas afirmativas 21, 22, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206  
Porto seguro 103, 126, 128, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231  
Portugal 97, 178, 208, 214, 219, 223, 227, 229, 232, 245, 269, 271, 272, 274, 281, 282, 283, 323, 324, 325, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350  
Profhistória 37, 91

## R

Rap 363, 364, 365, 366, 369, 370, 371, 373, 374, 375  
Religião 5, 19, 73, 102, 175, 209, 210, 212, 215, 245, 264, 265, 272, 274, 282, 298, 302, 303, 313

## S

Sala de aula 2, 12, 14, 20, 22, 40, 45, 49, 65, 91, 93, 95, 109, 118, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 139, 161, 163, 168, 176, 177, 339  
Santo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 100, 101, 102, 118, 164, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 236, 239, 244, 248, 251, 252, 259, 276, 277, 281, 301, 343, 371

## T

Teatro 19, 51, 87, 154, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 180, 183, 262, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 369

## U

Universidades 39, 162, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 205, 285, 305

## Z

Zumbi dos palmares 87, 351, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**